

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.2 Concessões de terminais portuários

A Companhia participa, através de coligadas, da concessão de terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Coligadas		
Terminal XXXIX	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP

As coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Associadas:

A Companhia possui participação de 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2019), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2019) na 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2019) e na Portofer 50,00% (50% em 2019). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

b) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. ("Rumo"), que detém 99,74% do seu capital. Após a reorganização societária ocorrida em 1 de março de 2021 a controladora final da Companhia passou a ser a Cosan S.A., listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou "NYSE" (*ticker* — CSAN).

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento desta demonstração financeira:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 16 de março de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.13.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

5.9 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021 Nível 2	31/12/2020 Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	242.531	405.734	242.531	405.734
Instrumentos financeiros derivativos	759.696	3.556.338	759.696	3.556.338
Total	1.002.227	3.962.072	1.002.227	3.962.072
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(2.103.728)	(8.227.830)	(2.103.728)	(8.227.830)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.907)	-	(21.907)	-
Total	(2.125.635)	(8.227.830)	(2.125.635)	(8.227.830)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 38 e CPC 48 (IFRS 9) – decorrentes da reforma da taxa de juros de referência europeia;
- Alteração no CPC 15 (IFRS 3) - a respeito das alterações na estrutura conceitual;
- Alterações no CPC 27 (IAS 16) - quanto as receitas antes do uso;
- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguros;
- Alterações no CPC 26 (IAS 1) - quanto a classificação de passivos (circulante e não circulante);
- Alteração no CPC 23 (IAS 8) - quanto a mudanças de estimativas contábeis; e
- Alterações no CPC 32 (IAS 12) - quanto a tributos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	(3.003)	(13.728)
Empréstimos e financiamentos	(1.559.975)	(7.908.905)
Derivativos de taxa de câmbio	1.559.975	7.908.905
Passivo de arrendamento	(108.365)	(98.801)
	(111.368)	(112.529)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2021, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Flutuação do câmbio	(65)	(833)	(1.600)	701	1.469
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	(33.504)	(431.750)	(830.095)	364.940	763.285
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	33.504	431.750	830.095	(364.940)	(763.285)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	(2.321)	(29.992)	(57.663)	25.351	53.022
Impactos no resultado do exercício		(2.386)	(30.825)	(59.263)	26.052	54.491

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2021	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,5805	5,7000	7,1250	8,5500	4,2750	2,8500
Euro	6,3210	6,5550	8,1938	9,8325	4,9163	3,2775

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2021				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	19.445	24.311	29.174	14.587	9.725
Títulos e valores mobiliários	27.036	33.796	40.555	20.278	13.518
Caixa restrito	13	17	20	10	7
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(215.734)	(256.092)	(296.450)	(175.375)	(135.017)
Passivos de arrendamento	(45.358)	(45.358)	(45.358)	(45.358)	(45.358)
Derivativos de taxa de juros	(252.350)	(312.435)	(372.519)	(192.266)	(132.181)
Outros passivos financeiros	(18.789)	(22.985)	(27.181)	(14.593)	(10.397)
Impactos no resultado do exercício	<u>(485.737)</u>	<u>(578.746)</u>	<u>(671.759)</u>	<u>(392.717)</u>	<u>(299.703)</u>

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
CDI	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%
IPCA	4,61%	5,76%	6,91%	3,46%	2,30%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	173.625	2.232.565
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	242.531	405.734
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	116	2.164
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	166.969	364.337
Debêntures privadas ⁽ⁱⁱ⁾	-	792.535
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	759.696	3.556.338
	1.342.937	7.353.673

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes a partir da qualidade do crédito do cliente, que é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2021
AA	20.238
AAA	1.155.730
Total	1.175.968

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2021				31/12/2020
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(424.875)	(632.449)	(827.810)	(1.822.256)	(3.707.390)
Fornecedores	(197.003)	-	-	-	(197.003)
Outros passivos financeiros	(150.528)	-	-	-	(150.528)
Parcelamento de débitos tributários	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	(123.563)	(119.039)	(276.987)	(117.773)	(637.362)
Dividendos a pagar	(2.110)	-	-	-	(2.110)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.907)	(16.420)	776.116	-	737.789
	(919.986)	(767.908)	(328.681)	(1.940.029)	(3.956.604)
					(6.652.566)

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	24.698	217.734
Rumo Malha Sul S.A.	18.488	6.242
Rumo Malha Central S.A.	5.983	35.710
Raízen S.A.	992	468
Raízen Energia S.A.	516	74
Elevações Portuárias S.A.	1.624	1.299
Rumo S.A.	6.333	6.307
Brado Logística S.A.	3.438	2.904
Outros	609	569
	62.681	271.307
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	605.001	600.000
Portofer Transporte Ferroviário Ltda	51.964	-
Outros	3.047	2.378
	660.012	602.378
Ativo circulante	722.693	873.685
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	692.190	2.006.906
Outros	5.074	4.873
	697.264	2.011.779
Debêntures privadas		
Rumo S.A.	-	792.535
	-	792.535
Ativo não circulante	697.264	2.804.314
Total ativo	1.419.957	3.677.999

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	11.633	3.645
Rumo Malha Sul S.A.	12.303	5.185
Rumo Malha Paulista S.A.	35.235	251.219
Rumo S.A.	8.321	2.028
Brado Logística S.A	4.130	4.535
Raízen S.A.	24.014	20.634
Outros	12.318	11.699
	107.954	298.945
Debêntures privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	-	50.504
	-	50.504
Passivo circulante	107.954	349.449
Total passivo	107.954	349.449

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen Energia S.A.	626	2.800
Raízen S.A.	17.996	13.467
Rumo Malha Paulista S.A.	274.870	217.638
Rumo Malha Sul S.A.	1.097	1.106
Brado Logística S.A.	39.321	27.324
Outros	406	354
	334.316	262.689
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(1.331.497)	(1.349.099)
Raízen S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(176.726)	(118.933)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(50.832)	(50.472)
Rumo S.A.	(34.781)	(16.966)
Outros	(8.261)	(6.842)
	(1.602.097)	(1.542.312)
Despesa compartilhada ^(v)		
Raízen Energia S.A.	(30.125)	(26.639)
Rumo Malha Oeste S.A.	2.644	1.985
Rumo Malha Paulista S.A.	40.745	27.549
Rumo Malha Sul S.A.	23.658	12.693
Portofer Transp. Ferroviário	21.041	(30.186)
Rumo S.A.	(11.844)	(4.179)
Rumo Malha Central S.A.	(7.625)	-
Elevações Portuárias S.A.	8.003	4.150
Outros	(1.522)	513
	44.975	(14.114)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.072)	(4.713)
Rumo S.A.	17.794	25.238
	16.722	20.525

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 se refere principalmente à transporte cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	31.607	28.172
Transações com pagamentos baseados em ações	23.571	5.660
	55.178	33.832

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.2 Eventos significativos

4.2.1 Pandemia de COVID 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto de Covid-19 com uma pandemia global. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil, incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visaram retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como afirmar que novas medidas restritivas não venham a ser implementadas.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia para o período findo em 31 de dezembro de 2021, nos indicadores de perda por *impairment*.

4.2.2 Pré pagamento NCE 2024

Em 26 de março de 2021, a Companhia efetuou o pré-pagamento da NCE, no valor de USD 750.000, equivalente a R\$ 4.149.750, com vencimento original em fevereiro de 2024, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em fevereiro de 2017. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.2.3 Pré pagamento NCE 2025

Em 17 de novembro de 2021, a Companhia efetuou o pré-pagamento de 50% da NCE 2025, no valor de USD 250.000, equivalente a R\$ 1.369.300, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em abril de 2018. O saldo remanescente da NCE 2025 (USD 250.000) foi vinculado ao *Senior Notes 2032*, essa estrutura foi aproveitada para fins de internalização do recurso via NCE. Os derivativos de proteção da operação foram parcialmente liquidados na mesma proporção de 50%, o saldo remanescente (USD 250.000) foi designado para a operação com vencimento em 2032.

4.2.4 Liquidação debêntures privadas

Em 16 de dezembro de 2021, ocorreu a liquidação no da debênture privada no valor de R\$ 335.859, que a Companhia possuía junto a sua controladora Rumo S.A., conforme Nota 5.5.

4.3 Eventos subsequentes

Para o exercício findo não houve eventos subsequentes.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	242.531	405.734
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	759.696	3.556.338
		1.002.227	3.962.072
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	173.625	2.232.565
Contas a receber de clientes	5.4	166.969	364.337
Debêntures privadas	5.5	-	792.535
Caixa restrito	5.3	116	2.164
		340.710	3.391.601
Total		1.342.937	7.353.673
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	1.735.398	2.462.040
Passivos de arrendamento	5.7	525.099	629.634
Fornecedores	5.8	197.003	418.174
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		150.528	64.237
Dividendos a pagar		2.110	168.140
Parcelamento de débitos tributários		-	2.791
		2.610.138	3.745.016
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	5.6	2.103.728	8.227.830
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	21.907	-
		2.125.635	8.227.830
Total		4.735.773	11.972.846

(i) Saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 10,60% a.a. (3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações gira em torno de 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	2.143	81
Aplicações financeiras	171.482	2.232.484
	173.625	2.232.565

As aplicações financeiras são compostas por:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	131.996	5.571
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	39.486	2.180.455
Outras aplicações	-	46.458
	171.482	2.232.484

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,6% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2021 (102,1% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.
- (ii) Refere-se aplicações compromissadas junto ao banco Itaú para manter a liquidez do caixa da Companhia após a liquidação antecipada das NCE 2025, com remuneração em torno de 82% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	241.188	371.003
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	-	32.560
Letras financeiras	1.343	2.171
	242.531	405.734

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.

Caixa restrito

	31/12/2021	31/12/2020
Valores depositados em garantia	116	2.164
	116	2.164

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2021	31/12/2020
Cientes terceiros	117.776	107.258
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1)	62.681	271.307
	180.457	378.565
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.488)	(14.228)
	166.969	364.337
Circulante	166.942	364.302
Não circulante	27	35
	166.969	364.337

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	102.527	44.441
Vencidas		
Até 30 dias	-	50.127
De 31 a 60 dias	-	268
De 61 a 90 dias	178	-
Mais de 90 dias	15.071	12.422
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.488)	(14.228)
	104.288	93.030

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2020	(14.290)
Provisões	(1.795)
Reversões e baixas	1.857
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(14.228)
Provisões	(338)
Reversões e baixas	1.078
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(13.488)

5.5 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

Série	Remuneração anual	31/12/2021	31/12/2020	Vencimento final
Debêntures privadas - Rumo S.A. (Nota 4.1)	CDI+0,50% a.a	-	792.535	31/12/2021

O montante incorrido de atualização financeira em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$17.794 (R\$25.238 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2021	31/12/2020	Vencimento final	Objetivo
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
Com garantia						
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,69%	24.803	43.416	jan/2024	Investimento
Finem (BNDES)	URTJLP	7,49%	1.194.667	1.394.543	dez/2029	Investimento
NCE	CDI +					
	0,80%	10,02%	515.928	505.061	dez/2023	Capital de giro
	CDI +					
	3,15%	5,11%	-	468.516	mar/2021	Capital de giro
	Pré-fixado (US\$)	7,38%	-	4.535.874	jun/2021	Investimento
	Pré-fixado (US\$)	5,88%	-	3.096.109	dez/2021	Investimento
	Pré-fixado (US\$) (ii)	5,88%	1.559.976	-	jan/2032	Investimento
			3.295.374	10.043.519		
Debêntures						
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% (iii)	15,17%	543.752	595.847	fev/2026	Investimento
Debêntures privadas	CDI + 1,30% a.a.	8,28%	-	50.504	nov/2021	Capital de giro
			543.752	646.351		
Total			3.839.126	10.689.870		
Circulante			422.941	986.875		
Não circulante			3.416.185	9.702.995		
			3.839.126	10.689.870		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Dívida com swap para 127% do CDI que representa uma taxa média de 6,29% no ano de 2021.
- (iii) Dívida com swap para 114% do CDI que representa uma taxa média de 5,10% no ano de 2021.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	630.514	368.681
25 a 36 meses	294.902	608.732
37 a 48 meses	298.064	4.711.960
49 a 60 meses	217.194	3.316.151
61 a 72 meses	154.795	275.664
73 a 84 meses	147.854	154.443
85 a 96 meses	120.271	147.514
A partir de 97 meses	1.552.591	119.850
	3.416.185	9.702.995

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2021	31/12/2020
Reais (R\$)	2.279.150	3.057.887
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	1.559.976	7.631.983
Total	3.839.126	10.689.870

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.9).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Saldo em 01 de janeiro de 2020	7.845.447
Captações	898.856
Amortização de principal	(221.697)
Pagamento de juros	(508.995)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	2.676.259
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.689.870
Captações	(257)
Amortização de principal	(6.438.909)
Pagamento de juros	(566.559)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	154.981
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.839.126

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,78% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 1.203.783 (R\$ 1.417.161 em 31 de dezembro de 2020).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 4,45% (2,78% em 31 de dezembro de 2020) e TJLP de 4,80% (4,87% em 31 de dezembro de 2020).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 344.409 (R\$ 346.599 em 31 de dezembro de 2020).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Cláusulas restritivas (“Financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA < = 3,0x em dezembro de 2021	2,79
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ > = 2,0x em dezembro de 2021	4,91

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro da dívida é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	428.933	183.050	611.983
Adições	87.811	24.138	111.949
Apropriação de juros e variação cambial	61.265	35.180	96.445
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(101.372)	(21.577)	(122.949)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(60.531)	(20.534)	(81.065)
Reajuste contratual	-	13.271	13.271
Saldo em 01 de janeiro de 2021	416.106	213.528	629.634
Adições	-	16.402	16.402
Apropriação de juros e variação cambial	38.774	34.378	73.152
Transferências	(184.100)	184.100	-
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(99.791)	(34.275)	(134.066)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(4.655)	(23.194)	(27.849)
Reajuste contratual	12.192	(44.366)	(32.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	178.526	346.573	525.099
Circulante	50.490	59.917	110.407
Não circulante	128.036	286.656	414.692
	178.526	346.573	525.099

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	35.482	15.931
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	12.730	19.083
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	707	63
	48.919	35.077

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% e 14,2% de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2021		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	199.826	230.195	15%
Direito de uso residual	163.301	177.146	8%
Despesa financeira	(14.798)	(17.249)	17%
Despesa de depreciação	(17.657)	(19.236)	9%

Contas	2020		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	210.174	236.052	12%
Direito de uso residual	172.485	187.493	9%
Despesa financeira	(24.322)	(26.705)	10%
Despesa de depreciação	(31.659)	(34.317)	8%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 28.712.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais e serviços	165.363	376.842
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	31.640	36.622
Outros	-	4.710
Total	197.003	418.174
Fornecedores	89.049	119.229
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	107.954	298.945
	197.003	418.174

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *Hedges* *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (Juros e câmbio)	1.869.300	7.550.875	737.789	3.556.338
	1.869.300	7.550.875	737.789	3.556.338
Ativos			759.696	3.556.338
Passivo			(21.907)	-

A Companhia contratou operações de Swap de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de Swap de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio			Nocional	Valor contábil		Resultado	
				31/12/2021	31/12/2020	Ajuste de valor justo	31/12/2021
Objetos						31/12/2020	
NCE 2025	US\$ + 5,90%	(1.740.550)	-	(7.649.055)	355.409	(1.738.598)	
NCE 2032	US\$ + 5,90%	(1.369.300)	(1.559.976)	-	(19.902)	-	
Total		(3.109.850)	(1.559.976)	(7.649.055)	335.507	(1.738.598)	
Instrumentos derivativos							
Swap de câmbio e juros	BRL + 127,07% do CDI	-	-	3.459.407	-	1.846.060	
Swap de câmbio e juros	BRL + 127,40% do CDI	1.369.300	666.414	-	666.414	-	
Total		1.369.300	666.414	3.459.407	666.414	1.846.060	
Total líquido		(1.740.550)	(893.562)	(4.189.648)	1.001.921	107.462	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de hedge:

Risco de inflação		Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos designados						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(500.000)	(543.752)	(600.701)	82.474	(48.152)
Total		(500.000)	(543.752)	(600.701)	82.474	(48.152)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107,00% do CDI	500.000	71.375	96.931	(11.682)	39.232
Total		500.000	71.375	96.931	(11.682)	39.232
Total líquido		-	(472.377)	(503.770)	70.792	(8.920)

5.10 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	82.023	109.951
PIS	60.862	68.105
ICMS ⁽ⁱ⁾	74	9.586
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	19.115	11.449
Outros	3.506	3.654
	165.580	202.745
Circulante	121.169	170.053
Não circulante	44.411	32.692
	165.580	202.745

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	422	1.442
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1) ⁽ⁱ⁾	1.357.276	2.614.157
Total	1.357.698	2.615.599
Circulante	660.434	603.820
Não circulante	697.264	2.011.779
	1.357.698	2.615.599

- (i) Os adiantamentos a fornecedores se referem a prestação de serviços de partilha de fretes, sendo o cronograma de liquidação previsto em contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12 Investimentos em associadas

Política contábil:

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

As associadas da Companhia estão listadas abaixo:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	Participação direta e indireta	
	31/12/2021	31/12/2020
Termag S.A. ⁽ⁱ⁾	19,85%	19,85%
TGG S.A. ⁽ⁱ⁾	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer	50,00%	50,00%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Abaixo estão os investimentos em associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%
Portofer Transporte Ferroviário Ltda	100.503.066	50.251.533	50,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Termag S.A.	1.673	3.812	-	(759)	4.726
TGG S.A.	18.679	3.849	(4.966)	-	17.562
Terminal XXXIX S.A.	26.597	4.050	-	-	30.647
Portofer	44.674	-	-	-	44.674
Total	91.623	11.711	(4.966)	(759)	97.609

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Termag S.A.	5.214	2.659	-	(6.200)	1.673
TGG S.A.	18.247	3.535	(3.103)	-	18.679
Terminal XXXIX S.A.	24.405	6.042	(3.849)	(1)	26.597
Portofer	44.663	-	-	11	44.674
Total	92.529	12.236	(6.952)	(6.190)	91.623

Informações financeiras de associadas:

	Doze meses findos em 31/12/2021			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	276.284	252.483	23.801	11.726
Terminal XXXIX S.A.	335.511	273.747	61.764	10.075
TGG S.A.	253.310	76.257	177.053	37.150
Portofer Transporte Ferroviário Ltda	197.500	108.154	89.346	-

	Doze meses findos em 31/12/2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	229.586	221.232	8.354	7.721
Terminal XXXIX S.A.	171.072	117.877	53.195	11.667
TGG S.A.	271.125	84.313	186.812	38.301
Portofer Transporte Ferroviário Ltda	198.214	108.868	89.346	-

5.13 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.13.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são despesados quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2020	127.443	298.470	3.190.402	2.690.836	630.199	12.464	6.949.814
Adições	30	15	12.380	317	677.028	7	689.777
Baixas	-	-	(33.404)	-	(336)	-	(33.740)
Transferências	312.278	102.550	482.914	(7.815)	(845.703)	30.503	74.727
Saldo em 01 de janeiro de 2021	439.751	401.035	3.652.292	2.683.338	461.188	42.974	7.680.578
Adições	-	-	233	34	626.520	-	626.787
Baixas	(5)	(22.564)	(56.449)	(758)	-	(3.317)	(83.093)
Transferências	(83.538)	137.641	268.219	135.570	(473.823)	7.154	(8.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	356.208	516.112	3.864.295	2.818.184	613.885	46.811	8.215.495
Valor de depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(10.605)	(87.458)	(1.204.381)	(1.130.377)	-	(10.143)	(2.442.964)
Adições	(11.740)	(24.591)	(246.316)	(114.268)	-	(2.529)	(399.444)
Baixas	-	-	32.962	-	-	-	32.962
Transferências	(65.430)	-	(38.133)	67.841	-	-	(35.722)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(87.775)	(112.049)	(1.455.868)	(1.176.804)	-	(12.672)	(2.845.168)
Adições	(25.168)	(68.799)	(238.415)	(94.490)	-	(4.457)	(431.329)
Baixas	3	22.513	48.678	196	-	3.052	74.442
Transferências	1.474	18.430	-	(19.904)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(111.466)	(139.905)	(1.645.605)	(1.291.002)	-	(14.077)	(3.202.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	351.976	288.986	2.196.424	1.506.534	461.188	30.302	4.835.410
Saldo em 31 de dezembro de 2021	244.742	376.207	2.218.690	1.527.182	613.885	32.734	5.013.440

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, vagões e locomotivas no montante ao custo de R\$191.965, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.6);

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$4.787 (R\$ 16.974 em 31 de dezembro de 2020), utilizando uma taxa de média de 11,81% a.a (8,40% a.a em 31 de dezembro de 2020) para capitalizar os custos dos empréstimos.

5.13.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Terrenos, edifícios	Vagões e locomotivas	Software	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2020	239.953	896.420	66.931	12.836	1.216.140
Adições	87.828	-	15.438	8.683	111.949
Reajuste contratual	12.807	335	-	129	13.271
Transferências	-	(77.544)	-	-	(77.544)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	340.588	819.211	82.369	21.648	1.263.816
Adições	-	-	-	16.402	16.402
Reajuste contratual	(37.283)	450	4.659	-	(32.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	303.305	819.661	87.028	38.050	1.248.044
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(67.958)	(331.201)	(7.594)	(6.157)	(412.910)
Adições	(27.327)	(37.407)	(4.940)	(6.608)	(76.282)
Transferências	-	46.327	-	-	46.327
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(95.285)	(322.281)	(12.534)	(12.765)	(442.865)
Adições	(28.690)	(28.571)	(4.425)	(1.726)	(63.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(123.975)	(350.852)	(16.959)	(14.491)	(506.277)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	245.303	496.930	69.835	8.883	820.951
Saldo em 31 de dezembro de 2021	179.330	468.809	70.069	23.559	741.767

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

i. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

ii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.407.309	870.419
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(478.485)	(295.942)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	3.982	4.160
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM ⁽ⁱ⁾	199.687	109.081
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	134	286
Efeito de amortização do direito de concessão	10.079	10.079
Outros	15.293	3.625
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(249.310)	(168.711)
Taxa efetiva - %	-17,72%	-19,38%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	7.629	9.640
Provisão para perda ao valor recuperável	-	2.076
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	4.586	4.838
Provisão para não realização de impostos	29.511	30.303
Provisão para participação nos resultados	17.669	2.591
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	113.798
Ajuste valor justo sobre a dívida	49.323	448.203
Diferenças temporárias sobre outras provisões	18.428	3.968
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	145.234	558.771
Passivos de arrendamento	168.419	-
Outros	61.095	39.018
Tributos diferidos - Ativos	501.894	1.213.206
 (-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	 -	 -
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil	-	(77.114)
Resultado não realizado com derivativos	(254.000)	(1.311.342)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(144.210)	-
Outros	(14.244)	-
Tributos diferidos - Passivos	(412.454)	(1.388.456)
 Total de tributos diferidos	 89.440	 (175.250)
 Diferido ativo	 89.440	 -
Diferido passivo	-	(175.250)

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2020	(142.795)
Resultado	(32.421)
Passivo atuarial	(34)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(175.250)
Resultado	264.708
Passivo atuarial	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.440

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Passivos de arrendamentos	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Variação Cambial	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	10.359	45.771	144.392	65.705	151.915	45.652	463.794
(Cobrado) / creditado								
do resultado do exercício	-	(7.769)	5.054	(30.594)	493.065	296.288	(6.632)	749.412
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	2.590	50.825	113.798	558.770	448.203	39.020	1.213.206
(Cobrado) / creditado								
do resultado do exercício	168.419	15.079	9.329	(113.798)	-	(398.880)	22.093	(297.758)
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(16)	(16)
Diferenças cambiais	-	-	-	-	(413.537)	-	-	(413.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	168.419	17.669	60.154	-	145.233	49.323	61.097	501.895

ii. Impostos diferidos passivos

	Imobilizado	Resultado não realizado com derivativos	Passivos de arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	(522.733)	(83.856)	-	(606.589)
(Cobrado) / creditado					
do resultado do exercício	-	(788.609)	6.742	-	(781.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.311.342)	(77.114)	-	(1.388.456)
(Cobrado) / creditado					
do resultado do exercício	(144.210)	1.057.342	77.114	(14.244)	976.002
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(144.210)	(254.000)	-	(14.244)	(412.454)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

Provisão para demandas judiciais		
	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	11	1.852
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.746	2.101
Trabalhistas	17.582	21.228
	19.339	25.181

Depósitos judiciais		
	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	3.106	3.040
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.581	1.953
Trabalhistas	31.550	32.408
	36.237	37.401

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	75	3.826	22.660	26.561
Provisionados no exercício	1.114	177	3.976	5.267
Baixas por reversão ou pagamento	(21)	(619)	(7.164)	(7.804)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	684	(1.283)	1.756	1.157
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.852	2.101	21.228	25.181
Provisionados no exercício	(596)	1.343	9.001	9.748
Baixas por reversão ou pagamento	(558)	(1.702)	(12.533)	(14.793)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(687)	4	(114)	(797)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11	1.746	17.582	19.339

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	1.702.999	1.585.742
Cíveis, regulatórias e ambientais	148.504	125.352
Trabalhistas	76.764	71.391
	1.928.267	1.782.485

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Tributárias:**

	31/12/2021	31/12/2020
Multa isolada tributo federal - REPORTO ⁽ⁱ⁾	97.997	16.309
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	89.463	91.801
ICMS ⁽ⁱ⁾	568.357	684.259
PIS/COFINS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	783.000	745.540
Plano de opção de compra de ações ^(iv)	10.513	10.291
IOF s/ Mútuo ^(v)	119.082	-
Outros	34.587	37.542
	1.702.999	1.585.742

- (i) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996. b) O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea. c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributária para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária -REPORTO pelo fisco Paulista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iii) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativas relativos, aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e, h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos;
- (iv) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (v) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raizen e outros valores elencados em demais contas contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis ⁽ⁱ⁾	34.814	31.300
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	8.708	3.094
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	104.982	90.958
	148.504	125.352

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	31/12/2021	31/12/2020
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	76.764	71.391
	76.764	71.391

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.461.503, constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	1.106.992.704	99,94%	76.705.851	93,87%
Fundo Invest da Amazonia Finam	-	0,00%	4.173.066	5,11%
Uniao Com. E Participações LTDA	-	0,00%	737.396	0,90%
Banco do Brasil S.A	705.365	0,06%	-	0,00%
Imprensa Oficial Est. S. A. Imesp.	-	0,00%	97.980	0,12%
Sergio Feijão Filho	1	0,00%	-	0,00%
Total de ações em circulação	1.107.698.070	100,00%	81.714.293	100,00%

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$ 57.900 (R\$ 35.085 em 31 de dezembro de 2020).

d) Dividendos

Em 02 de setembro de 2021, foi aprovado em Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 400.000 referente ao exercício de 2021.

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta na venda de serviços	3.859.816	3.875.430
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(114.802)	(93.515)
Receita operacional líquida	3.745.014	3.781.915

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2021	31/12/2020
Transporte de carga e acessórios	3.740.716	3.767.862
Outros	4.298	14.053
Receita operacional líquida	3.745.014	3.781.915

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Material de uso e consumo	(101.630)	(90.309)
Despesa com pessoal	(215.300)	(186.630)
Depreciação e amortização	(489.860)	(457.655)
Despesas com serviços de terceiros	(78.819)	(85.671)
Despesas com transporte e elevação	(1.534.486)	(1.476.220)
Despesas de aluguel (Nota 5.7)	(48.919)	(35.077)
Outras despesas ⁽ⁱ⁾	83.389	(108.235)
	(2.385.625)	(2.439.797)
 Custo dos serviços prestados	 (2.207.164)	 (2.299.891)
Despesas comerciais	(24.161)	(19.657)
Despesas gerais e administrativas	(154.300)	(120.249)
	(2.385.625)	(2.439.797)

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu um valor de recuperação de custos referente a venda de salvado no valor de R\$ 155.815.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Efeito líquido das demandas judiciais	(8.664)	(7.398)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	9.479	16.643
Créditos fiscais extemporâneos	7.812	15.353
Outros	(2.228)	(6.627)
	6.399	17.971

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu um valor de recuperação de custos referente a venda de salvado no valor de R\$ 92.254.

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(416.787)	(628.152)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(433.340)	(1.478.769)
Resultado com derivativos e valor justo	1.106.312	1.616.006
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(210.109)	(10.267)
Fianças e garantias sobre dívidas	(11.617)	(10.850)
	34.459	(512.032)
Rendimentos de aplicações financeiras	35.700	43.032
	35.700	43.032
Custo da dívida, líquida	70.159	(469.000)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	35.870	46.194
Passivos de arrendamento	(54.913)	(67.689)
Despesas bancárias e outros	(7.506)	(2.539)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(2.255)	(3.356)
Variação cambial e derivativos	(5.908)	(1.173)
Juros sobre outras obrigações	(5.637)	(4.343)
	(40.349)	(32.906)
Resultado financeiro, líquido	29.810	(501.906)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(708.825)	(727.197)
Receitas financeiras	71.570	89.227
Variação cambial	(439.247)	(1.479.942)
Derivativos	1.106.312	1.616.006
Resultado financeiro, líquido	29.810	(501.906)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Resultado líquido do exercício	1.157.999	701.708
Por ação ordinária	1.071.588	649.346
Por ação preferencial " A " (incluso remuneração adicional de 10%)	80.969	49.064
Por ação preferencial " B "	5.442	3.298
 Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferencial " A "	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferencial " B "	5.626	5.626
 Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,96740	0,58621
Por ação preferencial " A "	1,06414	0,64482
Por ação preferencial " B "	0,96740	0,58621